

A geografia política mediada pela informação

Lúcio Pereira Mello

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPGCOM/FAC -UnB) e mestre em Geografia pelo programa de Pós-graduação em Geografia da mesma universidade (PosGea/UnB)
luciopereiramello@gmail.com*

Introdução

Dez anos após a publicação do artigo "Através de Foucault para uma geografia de política da mediação na era da informação" o pesquisador suíço analisa uma agenda de pesquisa que tem mesclado geografia política e a questão da informação sob o olhar do poder relacional por uma perspectiva genealógica foucaultiana. Como se valer da "caixa de ferramentas" de Michel Foucault e de conceitos como governamentalidade e dispositivo, para abordar a relação entre poder e espacialidade?

Entrevistamos o professor da Universidade de Neuchâtel, na Suíça, Francisco Klauser, para entender a consolidação da noção de território informatizado dez anos após a publicação original do artigo na revista *Geográfica Helvética*.

O autor do recém lançado livro "Surveillance and Space", dialoga com autores como Stuart Elden, Claude Raffestin, e obviamente Foucault, para estabelecer os marcos de uma mudança no pensamento geográfico que vem dialogando com pesquisa de autores no Brasil como Rogério Haesbaert sobre o surgimento de uma compreensão da dimensão espacial para além do naturalismo que fundou a geografia no século XVII.

O artigo advoga uma Geografia Política da Mediação na era da informação. Passados 10 anos da publicação, como você analisa as transformações como a ubiquidade das redes sociais, a consolidação das plataformas e um maior uso de GIS não apenas na geografia?

Tecnologias digitais e, especificamente redes sociais se tornaram ainda mais ubíquas, interconectadas, automatizadas e personalizadas. O ponto chave não é apenas a produção e a transferência de dados, mas também a análise de dados com base em softwares e a responsividade automática. Algoritmos computacionais constituem não somente uma ferramenta de análise, mas também uma «gramática de ação»: eles tanto são produzidos como, por sua vez, produzem classificações específicas e ordenamentos da realidade.

Por exemplo, nas funcionalidades de personalização de aplicativos como *Foursquare*, *Google Maps Explore* ou *Yelp* busca-se calcular os caminhos e lugares que «dão match» com os gostos e interesses dos usuários, com base no que o aplicativo

deduziu do seu histórico digital e suas conexões com outros usuários / produtores de dados. No entanto, os cálculos desses caminhos não são nunca neutros porque eles potencialmente ignoram alguns lugares, vizinhanças ou populações e/ou congrega pessoas com estilos de vidas e *backgrounds* similares. Como Steve Graham sublinha, «ambientes tecnologizados baseados em código classificam, padronizam e demarcam continuamente e invisivelmente direitos, privilégios, inclusões, exclusões, bem como mobilidades e juízos normativos sociais através de domínios vastos e distanciados» (2005, p563). Isto significa que tecnologias *smarts* não apenas invocam múltiplas oportunidades, mas também levantam cada vez mais uma série de questões críticas em termos de justiça espacial e social bem como de discriminação. Essas questões dificilmente são atenuadas pelo fato de que esses sistemas são em grande maioria determinados e gerenciados por companhias privadas que por sua vez, têm viés comercial. É, portanto, importante considerar de forma crítica como formas de longa duração de diferenciação social e desigualdades são hoje reproduzidas ou recombinações novamente por meio de tecnologias digitais mediadas por software.

Mediação é um termo filosófico amplo, que remete não apenas a questões da política, mas também da filosofia (Platão, Hegel, Kant, Marx, entre tantos). Como você analisa a questão da mediação na contemporaneidade e que deslocamentos na noção de mediação podem ser percebidos na "era da informação"?

As tecnologias digitais trabalham, fundamentalmente, através de distanciamento e separação. Ainda que estejamos falando de vigilância por vídeo, drones ou satélites, sensores embutidos em infraestruturas urbanas ou dispositivos portáteis de geolocalização, o ponto chave é que dados têm sido gerados e gravados em algum lugar e, posteriormente transferidos analisados e acumulados em outro lugar.

O que vemos emergindo são diferentes formas de agenciamentos distributivos de geoficalidade, de socialidade e de institucionalidade no que diz respeito a quem controla, processa, usa, etc., os dados difusos e interligados nas cada vez mais complexas «*assemblages surveillant*» (Haggerty e Ercson, 2000) que fundamentam a vida cotidiana.

Em contraste a formas tradicionais de controle social de interação face a face entre indivíduos ou grupos sociais presentes de forma simultânea, tecnologias digitais «*smart*» implicam formas adicionais e graus de distanciamentos, tanto em termos espaciais como sociais. Isso não apenas sinaliza para um número de questões críticas referentes à *accountability* – quais atores e interesses estão envolvidos na programação da vida social na no código fonte? Como eles podem ser questionados e desafiados? – mas também levanta questões em relação a percepções populares e experiências do viver contemporâneo baseadas em dados – o que podemos saber sobre os dados que geramos? Como são os processos de classificação e escolhas baseadas em software que são inerentes ao algoritmos na nossa vivência do dia-a-dia?.

De fato, o mundo de hoje se tornou de tal forma permeado por políticas de dados baseados em software que se tornou impossível saber tudo sobre o que se passa com nossos dados pessoais e como são usados, sem mencionar como responder de forma inventiva ou imaginativa a essa questão. Estamos cada vez mais incapazes de mapear cognitivamente a rede comunicacional global multinacional descentralizada na qual nos encontramos presos como sujeitos individuais. Essa problemática se coaduna com as literaturas que criticamente questionam as tecnologias *smart* do ponto de vista da privacidade e da autonomia pessoal. Como Beat Rössler argumenta, a autonomia pessoal pode ser fundamentalmente ameaçada se as pessoas estiverem genuinamente estiverem erradas sobre a possibilidade de que outros possam ter informações sobre elas (Rössler, 2001). Há, portanto, uma necessidade premente em debater publicamente as formas com que os «*sistemas smarts*» são efetivamente utilizados, os efeitos frequentemente inesperados de tecnologias instaladas e os custos sociais dos desenvolvimentos em relação ao cada vez mais crescente digitalização da vida pública e privada.

Que avanços, entraves, questões e pontos de fuga sua pesquisa apontou ao trabalhar com os termos de Foucault em uma pesquisa de geografia política empírica?

Foucault convida a um enfoque empírico das técnicas (ex. mediadores), por meio do qual os poderes são exercidos, de tal forma que a sua relacionalidade e

performatividade podem ser examinadas. Nesse sentido, sua conceitualização de poder não apenas a oferece um arcabouço conceitual para compreender logicas divergentes de poder em ação, mas também convida para um abordagem voltada ao trabalho de campo que foque na dimensão micro. No meu caso, isso me levou ao estudo de como as técnicas de acumulação, transmissão e análises de dados hoje se fundem e conflitam entre si, particularmente nos meios institucionais, histórico e geográficos (de aeroportos a fazendas «*smarts*»). Ler Foucault abriu um espectro de novos locais e escalas de investigação empírica na problemática do poder e do espaço na era do digital que foi muito além do campo tradicional de pesquisa em geografia política. Eis porque o título do artigo *Através De Foucault Para Uma Geografia Política Da Mediação Na Era Da Informação*.

O mais importante: a compreensão de poder de Foucault focada na mediação também evidenciou a necessidade de se ir além da distinção dualista entre poderosos e desempoderados, entre controladores e controlados. Novamente, esse ponto possui uma relevância empírica imediata. Por um lado, a compreensão de poder de Foucault como um «modo de ação sobre o agir dos outros» (1982, p 790), implica *eo ipso* um campo de possibilidades no qual inúmeros caminhos de agir e reagir são possíveis. Por definição, poder, em um sentido foucaultiano, sempre comporta a possibilidade de resistência. Por outro lado, a abordagem de Foucault endossa a ideia de que as técnicas de poder podem ser socialmente redistribuídas, rearticuladas, renegociadas e, dessa forma, invertidas. Um engajamento com a problemática do poder inspirado em Foucault na era digital deve, portanto, trazer a centralidade da questão de como as pessoas participam na coprodução de dados, como elas usam as tecnologias digitais para monitorarem os outros, para resistirem ao estado, ou para se tornarem mais visíveis. Esse amplo foco analítico é particularmente importante se nós queremos entender as implicações da atual proliferação de recém-criados dispositivos digitais (*webcams*, câmeras de telefones, dispositivos de segurança residenciais); arenas (tais quais comunidades *online*) e técnicas que permeiam o cotidiano de formas cada vez mais contingentes.

No artigo dois pontos chamam atenção: o primeiro, a compreensão de dispositivo de segurança e o seu foco mais nos fluxos que nos fixos. O outro é uma abordagem considerando a governamentalidade como chave de análise para a compreensão destes processos. Passados 10 anos, como foi se aprofundar neste campo que você diz abrir no final do artigo?

Indo além desse artigo escrito em 2010, eu diria que meu trabalho nos últimos anos tem girado em torno três desafios chave. O primeiro tem sido operacionalizar mais sistematicamente, e de uma forma verdadeiramente empírica, os conceitos de Foucault de poder e governamentalidade, visando questionar e estudar o funcionamento e as implicações da governança contemporânea por intermédio do código. Me valendo de casos de estudo relacionados ao gerenciamento de *smart energy* bem como de tecnopolíticas dos megaeventos, essa tem sido uma das muitas questões apontadas em meu livro de 2017 «*Surveillance and Space*».

O segundo desafio tem sido um analítico, mais amplo. Com um embasamento mais consistente conceitualmente e empiricamente, tenho buscado conceitualizar mais sobre a fluidez e as ambiguidades inerentes da governamentalidade contemporânea através do código. De um lado isso me levou a novas investigações sobre as modalidades de transformações e de funcionamento do poder mediado pelos dados no mundo contemporâneo, de início um monitoramento permanente e de normalização rígida para, em um segundo momento assumir formas mais flexíveis e adaptáveis de regulação e de controle. Em termos de espacialidade, estou cada vez mais interessado em como tecnologias digitais lidam e operam por meio de diferentes tipos de fluxos, ao invés de enclaves espaciais fixos de controle e inclusão/ exclusão rígidos. Por outro lado, direcionei meus esforços para superar uma compreensão simplista e determinista de algoritmos computacionais como meios todo poderosos que ordenam, arranjam e estruturam desigualdades sociais. Ao contrário, eu busquei estabelecer as ambivalências inerentes em todas as tecnologias, os potenciais de contestação e de resistência significantes para formas de discriminação apoiados por tecnologia, e a profunda natureza contingente do processo de apropriação de novas tecnologias. Empiricamente, esse trabalho focou, por

exemplo, na apropriação societal de drones civil, me tecnologias *smart* no setor agrícola e em todos os tipos de (inerentemente ambivalente e frequentemente contraditório) políticas de dados na luta contra o COVID 19.

O terceiro, e talvez o desafio mais recompensador, foi conceitual e terminológico. A partir de abordagens e de autores frequentemente inesperados, (incluindo por exemplo as teorias de pintura abstratas de Paul Klee e Wassily Kandinsky) tenho buscado por «ferramentas de estudo» que lancem luz na diferenciação de aspectos e problemas relativos ao funcionamento das políticas de dados e que papel o espaço desempenha nisso. Claro, Foucault segue como fonte central de inspiração nessa empreitada, mas seu trabalho tem sido complementado por muitas outras perspectivas conceituais e terminológicas. Uma tarefa em particular a esse respeito foi (e tem sido) desenvolver um vocabulário apropriado para apreender a «*voluminosidade*» de espaços de compartilhamento [n.t: no original *togheterness*] aumentados digitalmente nos quais vivemos hoje, numa perspectiva simultaneamente relacional e terminológica. Comecei a afrontar esta questão por meio da teoria da esferas do filósofo alemão Peter Sloterdijk, para expressar “as geometrias vitais esféricas do ser-juntos humano” (Sloterdijk 1998, p 12) da era digital. Por sua vez, meu trabalho sobre drones civis permitiu uma completa teorização da dimensão aérea no exercício do poder através e por meio do espaço mais completa. Com isso abre-se uma reflexão sobre uma premente geografia política propriamente tridimensional ou de tipo volumétrica. Até o momento estou preparando uma proposta de pesquisa que foca no subterrâneo questionando como antigos *bunkers* militares na Suíça agora são reutilizados e reterritorializados para os mais diferentes propósitos, incluindo *datacenters*. De novas maneiras, a sociedade digital de hoje assume também o mundo subterrâneo.